

SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950 <i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.....</i>	21
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952 <i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.....</i>	29
LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 <i>Dispõe sobre o Estatuto do Índio.....</i>	30
LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979 (EXCERTOS) <i>Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.....</i>	36
LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993 (EXCERTOS) <i>Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.....</i>	38
LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993 (EXCERTOS) <i>Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.....</i>	42
LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994 (EXCERTOS) <i>Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.....</i>	48
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 <i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.....</i>	55
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 (EXCERTOS) <i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.....</i>	57
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 <i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.....</i>	61
LEI Nº 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 <i>Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.....</i>	63
LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015 <i>Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.....</i>	64
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016 <i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.....</i>	66

DIREITO ADMINISTRATIVO

DECRETO Nº 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932	72
<i>Regula a prescrição quinquenal.</i>	
DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937	72
<i>Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941	75
<i>Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.</i>	
DECRETO-LEI Nº 4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942	81
<i>Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946	82
<i>Dispõe sobre os bens imóveis da União dá outras providências.</i>	
LEI Nº 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962	101
<i>Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.</i>	
LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964 (EXCERTOS)	102
<i>Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.075, DE 22 DE JANEIRO DE 1970	108
<i>Regula a imissão de posse, initio litis, em imóveis residenciais urbanos.</i>	
LEI Nº 5.741, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1971	108
<i>Dispõe sobre a proteção do financiamento de bens imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.</i>	
LEI Nº 6.383, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976	110
<i>Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências.</i>	
LEI Nº 8.257, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991	113
<i>Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.617, DE 4 DE JANEIRO DE 1993	114
<i>Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993	115
<i>Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 6 DE JULHO DE 1993	123
<i>Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.</i>	
LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993	125
<i>Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995	128
<i>Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999	136
<i>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. ...</i>	

LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999	
<i>Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.</i>	140
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001	
<i>Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.</i>	140
LEI Nº 12.813, DE 16 DE MAIO DE 2013	
<i>Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.</i>	142
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	144
LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014	
<i>Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União....</i>	149
LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014	
<i>Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.</i>	150
LEI Nº 13.334, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016	
<i>Cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências.</i>	165
LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017	
<i>Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.</i>	169
LEI Nº 13.848, DE 25 DE JUNHO DE 2019 (EXCERTOS)	
<i>Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.</i>	173
LEI Nº 13.934, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019	
<i>Regulamenta o contrato referido no § 8º do art. 37 da Constituição Federal, denominado “contrato de desempenho”, no âmbito da administração pública federal direta de qualquer dos Poderes da União e das autarquias e fundações públicas federais.</i>	179

DIREITO PENAL

LEI Nº 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956	
<i>Define e pune o crime de genocídio.</i>	183
LEI Nº 4.729, DE 14 DE JULHO DE 1965	
<i>Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.</i>	183

DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.</i>	184
LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976 (EXCERTOS)	
<i>Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.</i>	187
LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986	
<i>Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.</i>	188
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	
<i>Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.</i>	191
LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991	
<i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.</i>	193
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997 (EXCERTOS)	
<i>Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.</i>	194
LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	
<i>Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.</i>	195
LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012 (EXCERTOS)	
<i>Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.</i>	202
LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016	
<i>Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.</i>	203
LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016	
<i>Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	205
DECRETO Nº 11.491, DE 12 DE ABRIL DE 2023	
<i>Promulga a Convenção sobre o Crime Cibernético, firmada pela República Federativa do Brasil, em Budapeste, em 23 de novembro de 2001.</i>	207

DIREITO PROCESSUAL PENAL

LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 (EXCERTOS)	
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	223
LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999 (EXCERTOS)	
<i>Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.</i>	226
LEI Nº 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002	
<i>Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.</i>	228

LEI Nº 11.671, DE 8 DE MAIO DE 2008	
<i>Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.....</i>	228
LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009	
<i>Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.....</i>	230
LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013	
<i>Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.....</i>	232
LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014	
<i>Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.....</i>	232
DECRETO Nº 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016	
<i>Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.....</i>	233
LEI Nº 13.608, DE 10 DE JANEIRO DE 2018 (EXCERTOS)	
<i>Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.....</i>	233

DIREITO CIVIL

DECRETO-LEI Nº 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969	
<i>Altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária, e dá outras providências.....</i>	237
LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973 (EXCERTOS)	
<i>Dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências.....</i>	240
LEI Nº 6.969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981 (EXCERTOS)	
<i>Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.....</i>	257
LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990	
<i>Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.....</i>	258
LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997 (EXCERTOS)	
<i>Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.....</i>	260
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014	
<i>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.....</i>	265
LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 (EXCERTOS)	270
<i>Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.....</i>	270

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

LEI Nº 5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966 (EXCERTOS)	289
<i>Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências.....</i>	
LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980	291
<i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.....</i>	
LEI Nº 8.437, DE 30 DE JUNHO DE 1992	297
<i>Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.289, DE 4 DE JULHO DE 1996	298
<i>Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.....</i>	
LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996	300
<i>Dispõe sobre a arbitragem.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001	305
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.....</i>	
LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015	308
<i>Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.....</i>	

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964	315
<i>Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.</i>	
DECRETO-LEI Nº 2.164, DE 19 DE SETEMBRO DE 1984	325
<i>Institui incentivo financeiro para os adquirentes de moradia própria através do sistema Financeiro da Habitação, a equivalência salarial como critério de reajustamento das prestações e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992	328
<i>Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.....</i>	
LEI Nº 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996	329
<i>Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996	334
<i>Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.....</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	354
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.....</i>	
LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002	357
<i>Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002	370
<i>Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.....</i>	

LEI Nº 11.457, DE 16 DE MARÇO DE 2007

Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências. 381

LEI Nº 11.482, DE 31 DE MAIO DE 2007 (EXCERTOS)

Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências. 389

LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. 391

LEI COMPLEMENTAR Nº 148, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências. 410

LEI Nº 13.254, DE 13 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País. 411

DIREITO EMPRESARIAL**LEI Nº 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968**

Dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências. 419

LEI Nº 6.024, DE 13 DE MARÇO DE 1974

Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e dá outras providências. 422

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

Dispõe sobre as sociedades por ações. 429

LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996

Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. 487

DIREITO PREVIDENCIÁRIO**LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991**

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. 513

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. 536

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 565

LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998

Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. 577

LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal...... 579

LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004

Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências...... 580

LEI Nº 12.618, DE 30 DE ABRIL DE 2012

Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências...... 584

LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013

Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. 591

LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal. 592

DIREITO AMBIENTAL

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986

Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. 595

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001-A, DE 23 DE JANEIRO DE 1986

Dispõe sobre o transporte de produtos perigosos em território nacional. 597

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997 (EXCERTOS)

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. 597

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997

Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental...... 604

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 607

LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005

Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. 617

LEI Nº 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006	
<i>Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.</i>	625
LEI Nº 12.187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009	
<i>Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.</i>	631
LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 (EXCERTOS)	
<i>Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.</i>	633
LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011	
<i>Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.</i>	646
LEI Nº 14.785, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023	
<i>Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999.</i>	650

DIREITO INTERNACIONAL

DECRETO Nº 56.435, DE 8 DE JUNHO DE 1965	
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.</i>	669
DECRETO Nº 56.826, DE 2 DE SETEMBRO DE 1965	
<i>Promulga a Convenção sobre a prestação de alimentos no estrangeiro.</i>	675
DECRETO Nº 61.078, DE 26 DE JULHO DE 1967	
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares.</i>	679
DECRETO Nº 592, DE 6 DE JULHO DE 1992 (EXCERTOS)	
<i>Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação.</i>	693
DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992	
<i>Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.</i>	698
DECRETO Nº 1.901, DE 9 DE MAIO DE 1996	
<i>Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto), de 17 de dezembro de 1994.</i>	710
DECRETO Nº 3.413, DE 14 DE ABRIL DE 2000	
<i>Promulga a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980.</i>	717
DECRETO Nº 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002 (EXCERTOS)	
<i>Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.</i>	722
DECRETO Nº 4.982, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2004	
<i>Promulga o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul.</i>	755
DECRETO Nº 5.919, DE 3 DE OUTUBRO DE 2006	
<i>Promulga a Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993, com reserva à primeira parte do parágrafo 2º do Artigo VII, relativa à redução dos períodos de prisão ou de cumprimento alternativo da pena.</i>	764

DECRETO Nº 7.030, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009

Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66. 767

DECRETO Nº 7.225, DE 1º DE JULHO DE 2010

Promulga o Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, assinado em Assunção, em 20 de junho de 2005..... 781

LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017

Institui a Lei de Migração..... 783

DECRETO Nº 9.176, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Promulga a Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e o Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, firmados pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 23 de novembro de 2007..... 797

LEI Nº 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015..... 815

DIREITO ELEITORAL**LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990**

Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências. 823

SÚMULAS

SÚMULAS DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO – TNU 831

SÚMULAS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS – TRF 835